



POLÍTICA: UMA REFUTAÇÃO DA IDEIA DE ARISTÓTELES SOBRE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NA COMUNIDADE

FANTONI, N.M.D.¹, FERREIRA, R.M.², MOURA, A.G.F.³, VILLAS BOAS, M.H.⁴

¹UFMG/FAFICH/Departamento de Filosofia, nfantoni@gmail.com

²UFMG/FAFICH/Departamento de Filosofia, remoreiraaa@gmail.com

³UFMG/FAFICH/Departamento de Filosofia, e-mail fariasalice69@gmail.com

⁴UFMG/FAFICH/Departamento de Filosofia, greeninja17@gmail.com

Resumo: O presente trabalho pretende apresentar algumas refutações acerca do conceito de política e de cidadão definidos por Aristóteles, que considera como aptos a participar das discussões da pólis grega apenas os homens livres, excluindo-se mulheres, estrangeiros, escravos e artesãos. Pretende-se também discorrer se os critérios supostamente naturalísticos adotados pelo filósofo – linguagem e noção de justiça/injustiça – são suficientes para se definir quem faz política, visto que estudos recentes apontam que outras espécies também se organizam politicamente. A política, portanto, não é uma estrutura universal, mas um campo de possibilidades múltiplas que se configura de acordo com os contextos e necessidades históricas de cada cultura e de cada espécie.

Palavras-chave: Política. Cidadão. Gênero. Desigualdade. Primatologia.

1. Introdução

O presente artigo propõe uma refutação dos conceitos de política e cidadania criados por Aristóteles, que restringem a participação política a um grupo específico de homens livres. Por meio do diálogo com autores contemporâneos, como Hannah Arendt e Donna Haraway, constata-se que Aristóteles mobiliza retoricamente o conceito de “natureza”, podendo-se descrever tal mobilização como ideológica e conservadora. Até mesmo na Grécia Antiga, o papel das mulheres no fazer político é de importância central para toda a sociedade, na educação das futuras gerações e na transmissão de valores. Pode-se afirmar que política é um fazer universal, não apenas como sendo privativo da linguagem falada, pois, compreendida como manipulação social para garantir e manter recursos, é de se concluir que todos os seres vivos - inclusive animais não humanos - estão envolvidos em um agir político, em todas as esferas da vida.



Optou-se, neste trabalho, pela utilização de uma metodologia qualitativa, com abordagem teórico-crítica dos conceitos aristotélicos de cidadão e política, comparando-os aos estudos realizados por alguns autores contemporâneos selecionados após revisão bibliográfica.

2. Concepções aristotélicas sobre política e cidadania

Aristóteles conceitua a cidade como um composto de comunidades, considerada a mais elevada de todas e, portanto, a única capaz de alcançar o maior de todos os bens (1252 a, 5). Dentre as partes que a compõe, a casa é a mais elementar e comporta as seguintes pessoas/relações: homem/mulher, pai/filhos, senhor/escravo (1253 b, 10). Essas relações de autoridade são conformadas sob um viés naturalista (1254 a, 30), e as virtudes do governante e do governado são diferentes. O senhor/marido/pai governa, já que a sua alma é guiada pela inteligência e razão e deve se assenhorar dos escravos, cuja virtude é o uso do corpo (1254 b, 15). A relação entre senhor e escravo é despótica e as outras se estabelecem entre pessoas livres: o homem governa a mulher como cidadão e os filhos como súditos, porém em permanente desigualdade (1259 b, 5-10).

Para Aristóteles, a associação dos indivíduos em grupos é um processo natural (1252 a, 25), já que o homem é um animal político, sendo de sua natureza a vida em comunidade (1253 a). A política pode ser exercida exclusivamente pelo ser humano porque ele possui linguagem e apenas o discurso pode “tornar claro o útil e o prejudicial, o justo e o injusto” (1253 b, 10).

Embora a cidade seja a forma máxima de organização humana, capaz de promover a justiça e a vida boa, não serão todos considerados como sendo cidadãos (exercentes dos cargos deliberativos e judiciais da cidade): escravos, estrangeiros, crianças e anciãos já dispensados das funções cívicas, mulheres e os artesãos.

No entanto, mesmo em Atenas, as mulheres desempenhavam papéis políticos indiretos, porém fundamentais. Sacerdotisas exerciam influência religiosa e simbólica, mediando a relação entre a cidade e o divino. Aspásia de Mileto, companheira de



Péricles, é um exemplo histórico de mulheres que, mesmo à margem das instituições, influenciavam debates filosóficos e decisões públicas. Em Esparta, as mulheres tinham direitos patrimoniais e participavam ativamente da educação dos filhos, preparando-os para a vida cívica e militar, ou seja, exerciam uma forma de intervenção política na formação dos futuros cidadãos.

3. O naturalismo de Aristóteles

É possível reconhecer, já de início, um elemento controverso no projeto da “Política”. Em seu percurso para definir a estrutura da pólis, Aristóteles mobiliza retoricamente o conceito de “natureza”, podendo-se descrever tal mobilização como ideológica e conservadora.

Neste, como noutros domínios, obteremos a melhor apreciação das coisas se olharmos para o seu processo natural, desde o princípio. Em primeiro lugar, aqueles que não podem existir sem o outro devem formar um par. É o caso da fêmea e do macho para procriar (e isto nada tem a ver com uma escolha já que, como nos animais e nas plantas, a necessidade de progenitura é, em si, um fato natural). (*Política* I, 2, 1252a 24-28)

Aristóteles fundamenta, portanto, o desempenho de funções sociais numa realidade primeira do corpo biológico. Residiria aí o segredo para compreender a constituição da instituição da família que, na Grécia clássica, compreende a posse tanto de uma esposa quanto de escravos. Ora, se é possível acompanhar Aristóteles quando este afirma que a organização social é necessária, deve-se abandoná-lo quando este acredita ter encontrado a forma necessária dessa organização.

Contemporaneamente, a justificação de estruturas de dominação (tais como o domínio do homem sobre a mulher e o de um senhor sobre seus escravos) em uma suposta “primariedade” de características biológicas tem sido fortemente criticada. Donna Haraway (2023) apresenta-se como uma das autoras que buscaram compreender a natureza humana como sempre já conjugada com a artificialidade do social e da ficção. A autora evoca a imagem do ciborgue que, analogamente ao humano, é um híbrido de matéria e ficção. Na existência humana hibridizada de natureza, realidade social e ficção, demonstra-se a dificuldade de desvincular



caracterizações da natureza humana da ideologia como técnica social de dominação. Quanto a esse conflito, Haraway afirma que “nas tradições da ciência e da política ‘ocidentais’ [...] a relação entre organismo e máquina tem sido uma guerra de fronteira” (Haraway, 2023, p. 261).

É importante ressaltar que perspectivas contemporâneas como a de Haraway não pretendem abandonar o aspecto natural como codeterminante da vida humana, mas sim questionar o lugar de “fundamento assegurador” que descrições naturalistas possuem dentro de determinadas visões da realidade política. De volta a Aristóteles, torna-se claro que os escravos e as esposas da Política não vivem apenas as pretensas consequências necessárias da fisiologia, mas sim o resultado do esforço constante de tecnologias de dominação sobre seus corpos. A natureza da família enquanto instituição é indissociável desse processo de dominação.

4. Além do Cidadão: A Política e a Ampliação do Espaço Político

Também a partir do pensamento de Hannah Arendt torna-se possível propor uma refutação da visão de que somente homens em posição social privilegiada podem ser considerados cidadãos. Em “A Condição Humana”, Arendt (2007) compreende a política não como um conjunto de instituições, nem como uma técnica de governar, mas como a capacidade humana de agir em conjunto, de iniciar algo novo e de construir um mundo comum por meio da palavra e da ação. Assim, a política é uma atividade que nasce da pluralidade humana, do encontro entre diferentes, e se realiza sempre que indivíduos compartilham o espaço público e constroem sentido em comum. Isso significa que a política não está limitada ao cidadão grego idealizado por Aristóteles, mas é um fenômeno universal, acessível a todos os seres humanos, inclusive àqueles que foram historicamente excluídos.

5. Política como coesão de grupo e a falácia do “Animal Político”

O agir político, caracterizado como mecanismo de manipulação social para garantia e manutenção de recursos para a sobrevivência de grupos, não é uma



faculdade privativa dos seres humanos, estando presente em outros seres vivos. Todos estão envolvidos em política, em todos os ambientes, diariamente.

A afirmação de que “o homem é, por natureza, um animal político”, pode ser contestada em todos seus termos. Ao restringir a política aos cidadãos, Aristóteles delimita o fazer político ao campo da linguagem e do pensamento racional, ignorando a forma como outras espécies mantêm a coesão de grupos, as relações entre grupos diferentes da mesma espécie e entre espécies diferentes no mesmo espaço: a gestão de recursos, o apaziguamento de conflitos, as alianças e a hierarquia entre indivíduos na natureza são estabelecidas não somente por meio de violência, mas, principalmente, pela política.

É também importante reconhecer a importância da comunicação não verbal, seja entre humanos, seja em relação a outras espécies, como forma de comunicação efetiva para estabelecimento da ordem social, ao invés de considerar a linguagem humana como a única capaz de alcançar o bem comum através de diálogos argumentativos.

Waal (2000) propõe que “nossa atividade política parece fazer parte de uma herança evolutiva que compartilhamos com nossos parentes próximos”. Os primatas não humanos têm comportamentos pró-sociais e cooperativos bem desenvolvidos, apoiando-se mutuamente em lutas, consolando indivíduos vítimas de agressão, resolvendo conflitos com reconciliações, formando alianças estratégicas e compartilhando recursos, demonstrando uma inteligência social avançada a fim de estabelecer e manter posições de poder social, comunicando-se para isso de forma eficiente por meio de gestos, expressões faciais e vocalizações.

6. Conclusão

Por meio da análise crítica do conceito de política e cidadania, constata-se que a teoria aristotélica da política se sustenta em pressupostos naturalistas que legitimam a exclusão de amplos grupos sociais e, mesmo se admitindo a importância das



contribuições de Aristóteles para a filosofia e para a ciência, não se pode dizer que são suficientes para explicar o fenômeno político, que se dá em todas as organizações humanas e até mesmo entre primatas não humanos.

Nesse sentido, é necessário ampliar o olhar e compreender que a forma grega de fazer política não é a única possível. Em diversas culturas, a política se manifesta por meio de práticas que valorizam o consenso, a ancestralidade, o vínculo espiritual, a escuta e a reciprocidade, ou seja, orientadas para a construção do bem comum. A política, portanto, não é estática, mas um campo de possibilidades múltiplas, que se configura de acordo com os contextos históricos e culturais de cada grupo social.

Referências

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARISTÓTELES. **Política** – edição bilíngue. Tradução: Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

BARÃO, M. L. **O naturalismo na Política de Aristóteles**. Orientador: João Hobuss. 2019. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5528>. Acesso em 09 de abril de 2025.

FAUSTO, J. **A cosmopolítica dos animais**. São Paulo: N-1 Edições, 2020. 355p.

HARAWAY, D. **A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023. 506 p.

WAAL, F. B. M. **Chimpanzee Politics: Power and Sex Among Apes**. United Kingdom: Johns Hopkins University Press, 2000. 235p.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Compartilha Igual (CC BY-SA- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.